

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM FOCO NA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E NA PARTICIPAÇÃO COLETIVA: PROPOSTA POLÍTICA PEDAGÓGICA

Rosirene Leme Beraldi Gottardi

Escola Estadual Vereador Waldemar Freire Veras

Pensar a construção do currículo de Educação Física com foco na determinação social da saúde significa considerar os determinantes e condicionantes socioeconômicos e culturais que favorecem ou não o bem estar biopsicossocial das pessoas. Isso demanda a participação coletiva nas decisões políticas que dizem respeito à questão. O problema não é apenas a falta de participação, mas também a compreensão reducionista do conceito de promoção da saúde à prática da atividade física. Portanto, a proposta é trazer para o âmbito escolar, por meio da pesquisa-ação, o conceito ampliado de saúde e o que os estudiosos da promoção da saúde chamam de *empowerment* - ‘empoderar’ as pessoas e encorajá-las à participação social, neste caso, a partir da comunidade escolar, participando da construção do projeto político pedagógico.

Palavras chaves: *Educação, Saúde, Empoderamento.*

Se grande parte dos problemas de saúde individual e coletiva tem estreita relação com a educação, sendo que boa parte deles poderiam ser evitados com ações educativas. E, sabendo que para ter saúde dependemos de bens essenciais entre eles a educação. Quais são os entraves e dificuldades para a consolidação da parceria saúde educação; como acontecem as ações de educação em saúde na comunidade escolar?

Compreendendo que a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico legitima estas ações na escola, questiono: seria o PPP uma possibilidade de promover esta parceria? Como as escolas estão construindo e reconstruindo seus PPPs? Como as ações de Educação em Saúde são incluídas nos PPPs? Qual é a percepção dos profissionais da educação sobre a importância dessas ações?

Dentre as possibilidades e perspectivas de um projeto político pedagógico emerge como condição imprescindível manter a saúde do ambiente escolar, ao mesmo tempo, preservar a autonomia da escola e a participação efetiva nos conselhos escolares. Dessa forma, se concretizaria de fato uma gestão participativa (VASCONCELLOS, 2006). No entanto, de acordo com uma sondagem prévia, o PPP surge como mais uma tarefa técnico-administrativa, e, não como a possibilidade de estimular a reflexão/ação coletiva, bem como o fortalecimento de relações mais democráticas entre os sujeitos envolvidos (FREIRE, 1996; GADOTTI, 1995). Concordo com De Rossi, quando ressalta:

O projeto político pedagógico na esteira da inovação regulatória ou técnica está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismos de regulação convergentes e dominadores (DE ROSSI, 2003, p.1-10).

Do mesmo modo, a força dos conselhos¹ escolares parece estar condicionada aos mandos e desmandos de profissionais que se esqueceram que são componentes imprescindíveis para a saúde da convivência escolar.

Pensando nisso, sendo professora de Educação Física da rede pública, sentindo as lacunas do trabalho coletivo e a necessidade de trabalhar o tema saúde com seu conceito ampliado no currículo da Educação Física, busco conhecer o que permeia o universo das ações de educação em saúde no ambiente escolar.

Em suma, a idéia é: a partir da determinação social da saúde, promover através de uma pesquisa-ação, aproximações e aprofundamento teórico entre conteúdos específicos das áreas da Saúde Coletiva² e da Educação. Assim, o objetivo geral é aplicar em duas escolas públicas da rede estadual do ensino fundamental, um ciclo sistemático de trabalho coletivo, evidenciando as necessidades locais de inclusão de propostas que visam à complementaridade Educação e Saúde. Os objetivos específicos são: 1- Conhecer as percepções dos profissionais da educação e da comunidade escolar sobre a importância das ações de educação em saúde; 2- Identificar como se dá a inclusão e eleição dessas ações na elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como nas reuniões do conselho da escola, destacando a participação dos professores que ministram disciplinas da área da saúde; 3- Promover reflexões teóricas a partir do conceito ampliado de saúde, visando discutir possibilidades de ações entre os setores da Educação e da Saúde; 4- Discutir com os profissionais da escola uma proposta de oficina de planejamento de ações de Educação em Saúde.

Nesse sentido é necessária a articulação de conteúdos e a contextualização do tema das duas áreas em questão (MORIN, 2002; 2001). Portanto o projeto tem como referencial bibliográfico obras de pensadores contemporâneos: Morin, Freire, Gadotti para as reflexões teóricas; Thiollent e Habermas, para a aplicação da pesquisa-ação. Também será considerado o saber peculiar que emergirá da interação com os participantes da pesquisa.

Segundo Thiollent,

¹ “O conselho é essa instância de integração escola-comunidade, que não elimina riscos: muitos pais têm uma visão equivocada da escola, podem sugerir a adoção de medidas autoritárias ou podem simplesmente não representar qualitativamente o conjunto da sociedade. Por isso insistimos que o conselho da escola não seja o único instrumento da democratização, mas que ele esteja inserido num plano estratégico mais amplo” (GADOTTI, p. 264, 1995).

² “Originalmente, o marco conceitual proposto para orientar o ensino, a pesquisa e a extensão em saúde coletiva, no caso brasileiro, foi composto pelos seguintes pressupostos básicos: a) ‘A Saúde, enquanto estado vital, setor de produção e campo do saber, está articulada à estrutura da sociedade através das suas instâncias, econômica e político-ideológica, possuindo, portanto, uma historicidade’; b) ‘As ações de saúde (promoção, proteção, recuperação, reabilitação) constituem uma prática social e trazem consigo as influências do relacionamento dos grupos sociais’; c) ‘O objeto da Saúde Coletiva é construído nos limites do biológico e do social e compreende a investigação dos determinantes da produção social das doenças e da organização dos serviços de saúde, e o estudo da historicidade do saber e das práticas sobre os mesmos. Nesse sentido, o caráter interdisciplinar desse objeto sugere uma integração no plano do conhecimento e não no plano da estratégia, de reunir profissionais com múltiplas formações’ (...); d) ‘O conhecimento não se dá pelo contato com a realidade, mas pela compreensão das suas leis e pelo comprometimento com as forças capazes de transformá-la’”. (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998, p. 229-316).

Dentro da concepção da pesquisa-ação, o estudo da relação entre o saber formal e o saber informal visa estabelecer (ou melhorar) a estrutura de comunicação entre os dois universos culturais [...]. O saber informal como fonte, relacionado ao saber formal ampliará as possibilidades do surgimento de propostas “alternativas” para a solução de problemas (THIOLLENT, 2004, p. 67).

Referências bibliográficas

DE ROSSI, V.L.S. Mudança com máscara de inovação, *Educação e Sociedade*, 2005, vol.26, n. 92, ISSN 0101-73302.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6ª ed. São Paulo : Paz e Terra; 1996.

GADOTTI, M. *Pedagogia da práxis*. Cortez; 1995.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; 2002.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget; 2001.

PAIM, J. S.; ALMEIDA, F. N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev. Saúde Pública*, ago. 1998; 2, 4: 299-316.

ROUQUAYROL Z. M.; NAOMAR, F. A. *Epidemiologia & Saúde*. 5 ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 1999.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez; 2004.

VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do Projeto Político-pedagógico: Do Projeto Político pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 7ª ed. Libertad Editora; 2006.